



# TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 01/2024

## PROVA DISCURSIVA – TARDE

# AUDITOR DE CONTROLE EXTERNO ESPECÍFICA DE ÁREA COMUM

NÍVEL SUPERIOR



### SUA PROVA

- Além deste caderno contendo **1 (um)** parecer técnico e **2 (duas)** questões discursivas, você receberá do fiscal de sala as folhas de textos definitivos;
- O parecer técnico deverá ser respondido em até **90 (noventa)** linhas e as questões discursivas, em até **20 (vinte)** linhas cada.



### TEMPO

- Você dispõe de **4 (quatro) horas** para a realização da prova, já incluído o tempo para o preenchimento das folhas de textos definitivos;
- **1 (uma) hora** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões;
- A partir dos **30 (trinta) minutos** anteriores ao término da prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de questões**.



### NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de questões;
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.



### INFORMAÇÕES GERAIS

- Quando o formulário de inscrição estiver completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências;
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher as folhas de textos definitivos;
- Para o preenchimento das folhas de textos definitivos, use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul;
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s) nas folhas de textos definitivos;
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo **diferente** do impresso em suas folhas de textos definitivos, o fiscal de sala deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala;
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento das suas folhas de textos definitivos. O preenchimento é de sua responsabilidade e **não será permitida a troca de folha de texto definitivo em caso de erro cometido pelo candidato**;
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas nas folhas de textos definitivos;
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.
- **Boa prova!**



## PARECER TÉCNICO

---

Na prestação de contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Flamengo, no Piauí, referente ao último exercício fiscal, o Município aplicou 25,61% em créditos adicionais suplementares, abaixo do limite máximo de 30%, indicando controle sobre as despesas. A aplicação em Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) foi de 36,45%, superando o mínimo de 25%, assim como a destinação de 90% dos recursos do FUNDEB para os profissionais da Educação Básica, acima do mínimo de 70%. Também se verificou o cumprimento na aplicação de recursos do FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (73,94%, com o mínimo de 55,77%) e em Despesas de Capital (18,45%, com o mínimo de 15%).

No entanto, foi detectado o descumprimento de um aspecto relevante: as despesas de pessoal do Poder Executivo atingiram 58,99%, ultrapassando o limite legal de 54%.

Além disso, o Auditor de Controle Externo, em sua análise, apurou as seguintes falhas:

- Publicação de decretos de alteração orçamentária fora do prazo estabelecido pela Constituição Estadual do Piauí/1989;
- Classificação Indevida no registro de complementação de Fontes de Recursos das Emendas Parlamentares;
- Descumprimento da meta de resultado nominal fixada na LDO;
- Não fixação na LDO da meta da dívida consolidada líquida;
- Não fixação na LDO da meta da dívida pública consolidada;
- Descumprimento da meta de resultado primário fixada na LDO;
- Insuficiência financeira para cobrir as exigibilidades assumidas, descumprindo o art. 1º, §1º e 42 da LRF;
- Execução de despesas com saúde – ASPS oriundas de recursos financeiros decorrentes de impostos e transferências constitucionais em unidades diversas dos fundos de saúde, descumprindo o do artigo 2º, parágrafo único, da LC 141/2012.

**Tendo por base a situação hipotética apresentada acima, redija um Parecer Técnico, respondendo aos seguintes questionamentos:**

- a) **Defina *Contas de Governo*.**
- b) **Explique o que o processo de Prestação de Contas de Governo deve avaliar.**
- c) **Na análise da Prestação de Contas do Município Flamengo, indique a opinião que o Auditor de Controle Externo deve emitir. Justifique.**
- d) **Tendo em vista a opinião emitida, explique qual Parecer Prévio deverá ser emitido pelo Exmo.(a) Conselheiro(a)-Relator(a).**
- e) **Indique a instituição que deve efetuar o julgamento das contas do Chefe do Poder Executivo do Município de Flamengo. Justifique.**

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36  
-----  
37  
-----  
38  
-----  
39  
-----  
40  
-----  
41  
-----  
42  
-----  
43  
-----  
44  
-----  
45  
-----  
46  
-----  
47  
-----  
48  
-----  
49  
-----  
50  
-----  
51  
-----  
52  
-----  
53  
-----  
54  
-----  
55  
-----  
56  
-----  
57  
-----  
58  
-----  
59  
-----  
60  
-----  
61  
-----  
62  
-----  
63  
-----  
64  
-----  
65  
-----  
66  
-----  
67  
-----  
68  
-----  
69  
-----  
70  
-----

71

---

72

---

73

---

74

---

75

---

76

---

77

---

78

---

79

---

80

---

81

---

82

---

83

---

84

---

85

---

86

---

87

---

88

---

89

---

90

---

## Questão Discursiva 1

Em 31/12/2023, uma entidade do setor público recebeu, a título gratuito, um terreno, para ser utilizado a serviço da administração municipal, na construção de um prédio administrativo. Na data, o valor justo do terreno era de R\$ 80.000.

Em 31/12/2024, a entidade verificou que o valor justo do terreno era estimado em R\$ 85.000, enquanto as despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda eram estimadas em R\$ 8.000. Ainda, o valor em uso era estimado em R\$ 78.000.

Em relação ao terreno, responda ao que se pede a seguir.

- A) Apresente a classificação no balanço patrimonial da entidade. Justifique sua resposta.
- B) Indique o valor de mensuração no balanço patrimonial da entidade em 31/12/2023 e em 31/12/2024. Justifique sua resposta.
- C) Indique duas fontes externas e duas fontes internas de informação que podem identificar perda ao valor recuperável do terreno. Justifique sua resposta.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

## Questão Discursiva 2

José é o prefeito do Município *Alfa* e o ordenador de despesas da Secretaria de Saúde desse Município. Em um processo de tomada de contas, o Tribunal de Contas competente evidenciou significativos danos ao erário e graves infrações às normas orçamentárias e financeiras praticadas por José na gestão da referida Secretaria. Esses atos resultaram na imputação de débito e na aplicação de multa proporcional ao dano, o que se deu em decisão definitiva da Corte de Contas.

João é ordenador de despesas de uma fundação municipal. Em seu processo de prestação de contas anuais, o respectivo Tribunal de Contas do Estado identificou irregularidades que não resultaram em danos ao erário, mas que representaram significativa inobservância da legislação contábil e financeira aplicáveis, tendo aplicado a penalidade de multa a João, além de determinar-lhe o cumprimento de medidas administrativas.

Considerando os fatos narrados e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, responda, *justificadamente*, aos itens a seguir.

- A) Indique o órgão competente para o julgamento dos processos de tomada de contas de José e de prestação de contas de João. Avalie se o Tribunal de Contas pode aplicar sanções a José.
- B) Caso o débito imputado a João não seja recolhido, indique o ente competente para promover o processo de execução.
- C) Caso as multas aplicadas a João e a José não sejam recolhidas, avalie se o Tribunal de Contas pode executá-las. Senão, indique os entes ou órgãos competentes para realizar a execução das referidas multas.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20



Realização

